

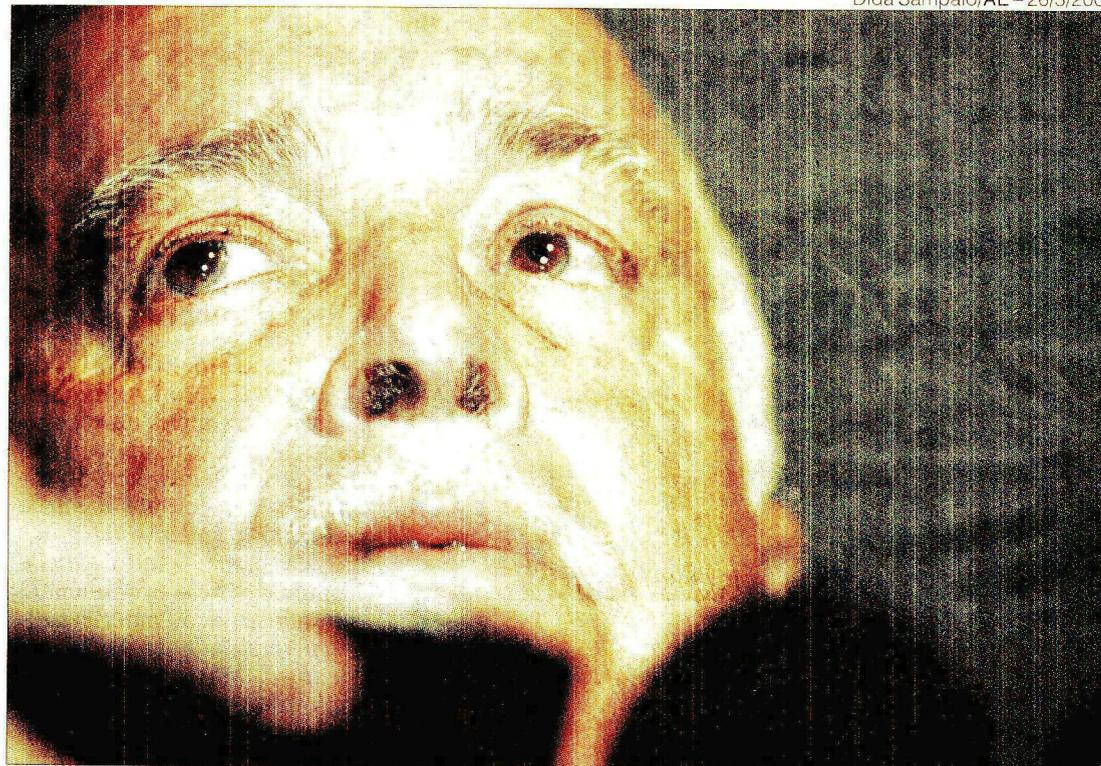
## CRISE NO CONGRESSO

# ACM e PFL intensificam luta contra cassação

*Apesar de o líder baiano já ter admitido renúncia, 'carlistas' ainda tentam evitar pena máxima*

**B**RASÍLIA — Com a colaboração da cúpula do PFL, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) intensifica hoje os contatos políticos em busca de uma alternativa à perda do mandato, proposta no relatório do senador Roberto Saturnino Braga (PSB-RJ) ao Conselho de Ética. Os partidários de ACM pretendem atuar em duas frentes: requerer que a votação do relatório seja secreta e, por meio de voto em separado, retirar as expressões que tratam da cassação. A idéia é substituir a pena máxima por uma suspensão de 90 dias do mandato, um tipo de punição previsto na Resolução 20 que rege o Conselho de Ética.

Os termos do voto em separado estão ainda sendo estudados por ACM e advogados. O ex-presidente do Senado passou o domingo em São Paulo envolvido com o assunto, mas não foi localizado nos hotéis em que costuma hospedar-se. O seu advogado, Márcio Thomáz Bastos, também foi procurado, mas não foi encontrado.



*Senador tentará retirar a palavra cassação, que consta do relatório oficial, com voto em separado*

Os pefelistas tentarão reverter a decisão do presidente do Conselho de Ética, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), de fazer a votação aberta do relatório na próxima quarta-feira. A votação secreta poderia favorecer ACM mas, ao mesmo tempo, poderia contribuir com argumentos segundo os quais o

Conselho daria início ao processo.

Nesse caso, os senadores acusados precisariam renunciar antes da decisão do Conselho. Todas essas dúvidas ainda não foram esclarecidas, nem mesmo a tramitação do relatório na Mesa do Senado, caso seja aprovado. O presidente do Se-

nado, Jader Barbalho (PMDB-PA), já solicitou estudos à Advocacia do Senado. Ele quer saber, por exemplo, o tempo de tramitação da representação contra os dois senadores na Mesa e em que fase eles eventualmente poderiam vir a renunciar, sem riscos da perda de direitos políticos.

Dida Sampaio/AE - 26/3/2001

A preocupação dos partidários de ACM é evitar dúvidas jurídicas que poderiam vir a prejudicá-lo. No fim de semana, ACM e o senador José Roberto Arruda (sem partido-DF) conseguiram escapar de um movimento político pró-cassação instalado dentro do PSDB. A cúpula tucana, depois de articulações comandadas pelo presidente nacional do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), e pelo líder do partido no Senado, Hugo Napoleão (PI), abortou o clima pela cassação dos dois senadores.

O assunto sequer foi levantado na Convenção Nacional do PSDB de sábado. “Essa questão não é programática”, alegou Bornhausen em conversas com os tucanos. Ao mesmo tempo, o PS-

DB temia que os aliados de ACM assinassem o requerimento da CPI da Corrupção, caso o partido tomasse posição oficial contra o ex-presidente do Senado.

A nova Executiva do PSDB realizará amanhã sua primeira reunião, mas dificilmente fechará questão sobre o assunto.

“Está configurado que houve quebra de decoro parlamentar, mas não sei que tipo de punição terá”, afirmou ontem o presidente dos tucanos, deputado José Aníbal (PSDB-SP).

Os aliados de ACM afirmam que o voto em separado apresentará argumentos jurídicos e políticos. O ex-presidente do Senado alega que Saturnino só levou em conta questões políticas. Ele ressalta, por exemplo, que a perícia da Polícia Federal sequer foi considerada, apesar de encaminhada ao relator pelo corregedor, se-

senador Romeu Tuma (PFL-SP). Ao analisar a fita da conversa de ACM com os procuradores, a PF não identificou o trecho em que ACM teria afirmado que lera a lista da votação

do plenário na sessão que cassou o senador Luiz Estevão. Só aparece a frase “Heloísa Helena votou nele”. “Mas o julgamento é político”, constata os pefelistas, ressaltando que se ACM não conseguir reunir apoio no Conselho de Ética, ele terá de renunciar ao mandato. **(Cida Fontes)**